

**FUNDAÇÃO INSTITUTO CAPIXABA DE PESQUISAS EM
CONTABILIDADE, ECONOMIA E FINANÇAS – FUCAPE**

LEOPOLDO ANTONIO VELOSO COARACY

**EFEITO DE POLÍTICAS ASSISTENCIALISTAS NO PERCENTUAL DE
VOTOS**

**VITÓRIA
2016**

LEOPOLDO ANTONIO VELOSO COARACY

**EFEITO DE POLÍTICAS ASSISTENCIALISTAS NO PERCENTUAL DE
VOTOS**

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em Administração, da Fundação Instituto Capixaba de Pesquisas em Contabilidade, Economia e Finanças (FUCAPE), como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Administração de Empresas.

Orientador: Prof. Dr. Aziz Xavier Beiruth

**VITÓRIA
2016**

LEOPOLDO ANTONIO VELOSO COARACY

EFEITO DE POLÍTICAS ASSISTENCIALISTAS NO PERCENTUAL DE VOTOS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração, Fundação Instituto Capixaba de Pesquisas em Contabilidade, Economia e Finanças (FUCAPE), como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Administração de Empresas.

Aprovada em 06 de dezembro de 2016.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. AZIZ XAVIER BEIRUTH

Fundação Instituto Capixaba de Pesquisa em Contabilidade, Economia e Finanças
(FUCAPE)
Orientador

Prof. Dr. FELIPE RAMOS FERREIRA

Fundação Instituto Capixaba de Pesquisa em Contabilidade, Economia e Finanças
(FUCAPE)

Prof. Dr.

Fundação Instituto Capixaba de Pesquisa em Contabilidade, Economia e Finanças
(FUCAPE)

AGRADECIMENTOS

A Deus, que me capacitou e ajudou a superar cada desafio ao longo destes dois anos.

À minha querida mãe e ao meu querido pai, meus alicerces, pelo cuidado, confiança e incentivo para seguir sempre em frente.

À minha família que também me acompanhou e me incentivou nos momentos difíceis.

À minha amada Rafaela, pela paciência e companhia durante os longos dias e finais de semana de estudo.

Às minhas princesas, Nathália e Giovanna.

Ao professor Dr. Aziz Xavier Beiruth, pelo incentivo, dedicação e disponibilidade, tornando possível a conclusão desta pesquisa.

À IES, que abriu suas portas e confiou na realização desta pesquisa.

RESUMO

Nos últimos anos, os programas sociais de transferência de renda têm levantado à bandeira em muitos países, no que tange ao aspecto eleitoral e político. No Brasil, o Programa Bolsa Família (PBF) foi instituído em 2004 e tornou-se o programa mais bem conceituado na América Latina, beneficiando cerca de 25% da população brasileira. Este estudo tem por objetivo analisar se o efeito do PBF tem influência no percentual de voto, e se esse efeito é maior em regiões com alta desigualdade de renda. Para estimar tais efeitos foram considerados como amostra dessa pesquisa, todos os municípios brasileiros nos anos eleitorais de 2006, 2010 e 2014, para o cargo de Presidente da República, em que o PBF estava inserido. Analisamos os votos recebidos do candidato do PT como variável dependente e correlacionamos essa variável, às variáveis ditas independentes, tais como: investimento do programa, cobertura do programa, renda da população, índice de Gini, analfabetismo e desemprego, além de uma variável binária, que indica se o governador eleito do PT/Coligação obteve mais voto na eleição, ou não, em cada município; e ainda, acrescentamos a variável Gini relacionada com o investimento por habitante, para estimar o efeito nas regiões com alta desigualdade de renda. Os resultados mostram que o PBF além de ter tido efeito positivo no percentual de votos pesquisados, também foi significativo na variação dos votos do PT, e ainda, no investimento do benefício e na cobertura do benefício. As variáveis evidenciam que municípios que obtiveram maiores investimentos *per capita* no PBF, em média, tiveram um maior percentual de votos. O trabalho também utilizou indicadores de renda para considerar os efeitos dos resultados das eleições em regiões com alta desigualdade de renda. Dada a desigualdade de renda nos municípios, existem evidências de que o investimento no PBF é maior em regiões com alta desigualdade de renda, quando relacionamos aos votos do PT.

Palavras-chave: Gastos de Transferências. Bolsa Família. Resultados em Eleições.

ABSTRACT

In recent years, social programs of income transfer have raised the flag in many countries, as far as the electoral and political aspect is concerned. In Brazil, the Bolsa Família Program (PBF) was established in 2004 and has become the most well-known program in Latin America, benefiting about 25% of the Brazilian population. The purpose of this study is to analyze if the effect of PBF has an influence on the voting percentage, and if this effect is greater in regions with high income inequality. In order to estimate these effects, all Brazilian municipalities in the electoral years of 2006, 2010 and 2014 were considered as a sample of this research, for the position of President of the Republic, in which the PBF was inserted. We analyzed the votes received from the PT candidate as a dependent variable and correlated this variable with the independent variables such as: program investment, program coverage, population income, Gini index, illiteracy and unemployment, as well as a binary variable, Which indicates whether the governor-elect of the PT / Coalition obtained more votes in the election, or not, in each municipality; And we added the Gini variable related to *per capita* investment to estimate the effect on regions with high income inequality. The results show that the PBF, in addition to having a positive effect on the percentage of votes surveyed, was also significant in the variation of PT's votes, as well as in the investment of the benefit and in the coverage of the benefit. The variables show that municipalities that obtained higher *per capita* investments in the PBF, on average, had a higher percentage of votes. The study also used income indicators to consider the effects of election results in regions with high income inequality. Given the income inequality in the municipalities, there is evidence that the investment in the PBF is greater in regions with high income inequality, when we relate to PT's votes

Keywords: Expenses of Transfers. Family Bag. Results in Elections.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Totalização das variáveis da pesquisa	24
Tabela 2: Estatística descritiva	27
Tabela 3: Correlação	29
Tabela 4: Regressão do modelo 1	29
Tabela 5: Regressão do modelo 2	32
Tabela 6: Grau de cobertura	34
Tabela 7: Votos do partido da situação	34

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
2 REFERENCIAL TEÓRICO	13
2.1 POLÍTICAS ASSISTENCIALISTAS E SEUS EFEITOS	13
2.2 POLÍTICAS ASSISTENCIALISTAS E O PROCESSO ELEITORAL.....	15
2.2.1 Política assistencialista no Brasil e o processo eleitoral	18
3 METODOLOGIA	21
3.1 FONTE DE COLETA DE DADOS	21
4 ANÁLISE DOS DADOS	25
4.1 ANÁLISES DOS DADOS MEDIANTE ESTATÍSTICA DESCRITIVA	25
4.2 CORRELAÇÃO	28
4.3 REGRESSÃO DOS MODELOS 1 E 2.....	29
4.4 DISCUSSÕES DOS RESULTADOS	33
5 CONCLUSÕES	37
REFERÊNCIAS	40

Capítulo 1

1 INTRODUÇÃO

O Programa Bolsa Família (PBF) criado no primeiro mandato do governo Lula, inicialmente intitulado como “Fome Zero” foi considerado o carro-chefe da política social de seu governo (MOURA, 2007). Após repercussões tanto positivas quanto negativas a esse programa, através da opinião pública, pode-se notar sua retórica aprovação ao unificar diversos programas sociais já existentes à época, ao Programa Bolsa Família.

Em janeiro de 2004, o Programa Bolsa Família beneficiou 3.615.861 famílias, momento em que distribuiu mais de R\$ 263.265.315,00, chegando ao maior patamar após 10 anos e 7 meses, beneficiando 14.204.279 famílias, totalizando R\$ 2.406.363.186,00; um crescimento de quase 400% nas famílias beneficiadas e quase 10 vezes em valores monetários, cuja renda per capita por família saltou de R\$ 72,81, em 2004 para R\$169,41, em julho de 2014 (Ministério do Desenvolvimento Social – MDS).

Diversos estudos analisaram o efeito de programas sociais em características econômicas, educacionais, saneamento e outros (CAVALCANTE, 2011; DUKELOW, 2011; AVI; MOMI, 2016; MARQUES; 2013; CANÊDO-PINHEIRO, 2015; SOUZA; CRIBARI-NETO, 2013; LÍCIO; RENNÓ; CASTRO, 2009; SOARES; SÁTYRO, 2009; ZUCCO, 2008). Os resultados indicam que, em média, os programas sociais trazem como benefícios o combate à pobreza e às desigualdades sociais e de renda. Soares *et al.* (2010), por exemplo, ao analisar o impacto dos programas sociais em diversos países da América Latina, mostrou que o Programa Bolsa Família, no

Brasil, e o Programa “Oportunidades”, no México, ajudaram a diminuir a desigualdade de renda, a pobreza e a extrema pobreza.

Entretanto, Moura (2007), retrata o risco que o governo correu na implantação de políticas sociais vinculadas à redução das desigualdades sociais e de renda, no que tange as estratégias de marketing político e o clientelismo.

Por sua vez, Baquero Jacome (2007) ressalta que, além dos incentivos econômicos e sociais, há indícios de que os governos desenvolvem tais políticas procurando estimular a crença social do eleitorado. Terron e Soares (2010) argumentam que ações como o Programa Bolsa Família incidiram positivamente na imagem do presidente Lula em 2006, perante os beneficiados do programa. Tesler (2012) destaca que atuação do *Obamacare* reflete decisivamente na imagem do presidente norte americano Barack Obama, diante dos beneficiados.

Nesse sentido, evidências semelhantes foram encontradas em outros programas tais como, “*Familias em Acción*” na Colômbia (NUPIA, 2011), “*Bono de Desarrollo Humano*”, no Equador (SCHADY; ARAUJO, 2008) “*Oportunidades*” no México (DE LA O, 2013) e “*Asignaciones Familiares*” no Uruguai (AMARANTE *et al.*, 2011). Portanto, é provável que os programas sociais venham sendo utilizados como vantagem estratégica nas campanhas eleitorais. Este trabalho tem como objetivo verificar se políticas assistencialistas têm influenciado, positivamente, no percentual de votos e se esse efeito é maior em regiões com alta desigualdade de renda.

O Programa Bolsa Família busca diminuir a pobreza e a desigualdade real, por meio da transferência de dinheiro para as famílias (CAVALCANTI; COSTA; SILVA, 2013). Conforme Estrella e Ribeiro (2008), o referido programa é tido como um dos mais arrojados da América Latina no aspecto social.

Na reeleição, em 2006, o plano de governo estava pautado no apoio social, mantendo e ampliando os programas sociais e de transferência direta de renda, oportunidade em que os votos recebidos migraram para regiões menos desenvolvidas, ao contrário das eleições de 2002 (CANÊDO-PINHEIRO, 2015). Shikida *et al.* (2009) discutiu as razões que levaram à reeleição do ex-presidente Lula em 2006, atribuindo os resultados dessa eleição, principalmente, ao Programa Bolsa Família, mesmo estando o governo imerso em escândalos de corrupção (HUNTER; POWER, 2007).

Todavia, a fiança negativa sobre os escândalos de corrupção nos governos petistas não foi suficiente para tirar o fôlego dos eleitores na decisão do voto, principalmente dos eleitores mais pobres (BIROLI; MANTOVANI, 2010). Entretanto, o fato desses eleitores não darem importância à corrupção, estaria relacionado aos benefícios alcançados por meio dos programas de transferência de renda de caráter partidário do governo petista, dessa forma, alcançando a dominação dos eleitores com vistas à desinformação (LIMA, 2007).

As discussões na mídia notificaram a ocorrência da manutenção dos programas sociais como fator que influenciou os resultados das eleições, conforme noticiário “Peso do Bolsa Família nas eleições é maior em 2014” (MAIA; BUGARELLI, 2014).

Para verificar se o programa bolsa família tem influenciado positivamente no percentual de votos e se esse efeito é maior em regiões com alta desigualdade de renda, utilizaram-se informações acerca das transferências de renda do Programa Bolsa Família colhidas no site do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) e em dados eleitorais obtidos junto ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Foram considerados os votos das eleições presidenciais do segundo turno auferidos em

todos os municípios brasileiros nos anos de 2006, 2010 e 2014 e ainda as variáveis municipais de controle, relacionadas ao tamanho da população, quantidade de famílias beneficiadas, índice de GINI, além de outras variáveis que possam ter tido efeito no percentual de votos.

Este trabalho visa acrescentar a literatura internacional, dados relativos aos efeitos dos programas de transferência de renda no processo eleitoral, com base nos indícios de que tais programas possam estar sendo utilizados com fins políticos (BOHN, 2013). Especificamente, De La O (2013) analisou o programa “*Oportunidades*”, programa pioneiro de transferência condicionada de renda do México, como responsável pelo aumento substancial no número de eleitores e em percentagem de votos do candidato na eleição presidencial de 2000. Labone (2013), por sua vez, avaliou os impactos das transferências governamentais sobre o desempenho eleitoral nas Filipinas. No entanto, este estudo se diferencia de De La O (2013) e Labone (2013) pelo fato de analisar a reeleição consecutiva de um mesmo partido.

As contribuições teóricas visam fomentar a literatura quando envolve as discussões acerca do Programa Bolsa Família nos governos de Lula e Dilma. As contribuições práticas visando aos programas de transferência de renda no resultado eleitoral servirão para que o governo, os órgãos de controle e a população em geral se posicionem a fim de que os investimentos, no referido programa, voltem-se tão somente à diminuição da pobreza e extrema pobreza, sem ingerência no resultado eleitoral.

A seguir, apresenta-se a estrutura da presente pesquisa: na seção 1 apresenta parte introdutória contextualizando o tema, delimitando a pesquisa, definindo os objetivos e apresentando as justificativas para sua realização. A seção

2 apresenta o referencial teórico da pesquisa com revisão da literatura, fundamentando as políticas assistencialistas e seus feitos; políticas assistencialistas e o processo eleitoral; e as políticas assistencialistas no Brasil e o processo eleitoral, caracterizando as duas reeleições consecutivas presidenciais do governo de um mesmo partido em um país com alta desigualdade de renda.

Na seção 3, apresenta-se a metodologia e sua forma de coleta de dados em que são expostas em quadros e tabelas demonstrando os efeitos das políticas assistencialistas no percentual de votos e se esse efeito é maior em regiões com alta desigualdade de renda, para que possamos testar as hipóteses 1 e 2. Finalizando o trabalho, apresentam-se os resultados da pesquisa e a sua conclusão.

Capítulo 2

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 POLÍTICAS ASSISTENCIALISTAS E SEUS EFEITOS

Historicamente, no século XVIII, entendeu-se a importância de proteger o cidadão contra o Estado Burguês; no século XIX, a importância de proteger os pobres contra os ricos; contudo, somente no século XX, o patrimônio público de fato veio a ser protegido (PEREIRA, 1998). A partir da terceira década do século XX, as ideias de Keynes ampliaram as políticas sociais, institucionalizando as ações do Estado no campo social e econômico (YAZBEK, 2008).

Dessa forma, após a 2ª Guerra Mundial, o Estado intervencionista e de bem-estar social firma-se na Europa. Porém, o neoliberalismo nasce onde o capitalismo era forte, ou seja, na Europa e América do Norte (ANDERSON, 1995). Destaca-se, pois, a noção de proteção do Estado no âmbito social, sob a predominância do neoliberalismo econômico e político (DRAIBE, 1993).

Mais tarde, Dukelow (2011) ao analisar o impacto da crise econômica internacional de 2008 e de 1970, sobre a ótica do estado do bem-estar social, reconhece que o mesmo foi marcado por pressões sócio-econômicas e orçamentárias. Draibe (1993) afirma que as políticas assistencialistas vieram resolver situações de desigualdade, pobreza e renda e que está atrelada à crise econômica e do estado de bem-estar, oriundas de fatores de contenção de gastos.

Diante desses fatos históricos, as políticas assistencialistas são discutidas em todo o mundo, principalmente no que tange às crises econômicas, sociais e políticas, como é o exemplo do neoliberalismo e do keynesianismo (EID, 2003).

De um lado, o Neoliberalismo surgiu a partir da reação contra a crise fiscal do Estado, impondo medidas para reduzir seu tamanho. Uma delas seriam cortes nos gastos sociais, que ficou conhecida como “*Estado Mínimo*” (PEREIRA, 1998). Por outro lado, o estado de Bem-estar social caracterizou-se pelo dever do Estado em manter um padrão mínimo de vida para todos os cidadãos (YAZBEK, 2008), condicionado a elevados níveis de emprego e fornecimento de serviços sociais, tais como: saúde, educação, assistência e outros (PEREIRA, 1998).

No contexto das políticas assistencialistas, surgem diversas temáticas cuja inserção encontra-se em conceitos mútuos que englobam desde o sofrimento social (PUSSETTI; BRAZZABENI, 2011), até as políticas sociais (SALVADOR, 2012), passando pelo Estado do bem estar social (FAGNANI, 2011).

É nesse aspecto que seus conceitos são aceitos no campo da assistência social, tendo como destaque, o sofrimento social. Tal conceito é muito utilizado, não somente nas ciências sociais, como também nos programas governamentais e não governamentais de apoio social, que acarretam diversas dimensões, nas áreas da saúde, do trabalho, do bem-estar social e principalmente da política (SOUZA, 2004).

Nesse sentido, além de incentivos econômicos, existem indícios de que os governos dispõem de projetos sociais para desenvolver políticas, procurando estimular a crença social do eleitorado (BAQUERO JACOME, 2007). Terron e Soares (2010) argumentam que ações como o Programa Bolsa Família, no Brasil, incidiram positivamente na imagem do presidente Lula em 2006, perante os beneficiados do programa.

Tesler (2012) destaca que a atuação do *Obamacare* reflete decisivamente na imagem do presidente norte americano Barack Obama, diante dos beneficiados. Evidências semelhantes foram encontradas em outros programas, tais como: “*Familias em Acción*” na Colômbia (NUPIA, 2011), “*Bono de Desarrollo Humano*”, no Equador (SCHADY; ARAUJO, 2008), “*Oportunidades*” no México (DE LA O, 2013) e “*Asignaciones Familiares*” no Uruguai (AMARANTE *et al.*, 2011).

No entanto, outras discussões enfatizaram uma associação do programa bolsa família como estratégia eleitoreira, além de assistencialista, utilizando a manipulação social na decisão do voto e convencendo a opinião pública de que seu objetivo não é corromper o voto do pobre (CORRÊA, 2016).

A seguinte seção trata da relação entre políticas assistencialistas e o processo eleitoral.

2.2 POLÍTICAS ASSISTENCIALISTAS E O PROCESSO ELEITORAL

Diversos são os estudos sobre as políticas assistencialistas que influenciam nos processos eleitorais de todo o mundo. Como exemplo, pode-se citar o estudo de Labonne (2013) que investigou nas eleições de 2010, nas Filipinas, programas de transferência de dinheiro, que melhoram a vida das famílias mais necessitadas. L. De La O (2013), por sua vez, estudou o programa *Oportunidades*, no México, que foi o pioneiro em transferência condicionada de dinheiro.

Os eleitores pobres mexicanos são mais sensíveis ao programa *Oportunidades*, pelo fato de terem uma maior duração dos benefícios (DE LA O, 2013) enquanto que, os eleitores filipenses, tendem a escolher políticos com base no comportamento passado, ao invés das políticas que irão implementar, caso

sejam eleitos (LABONNE, 2013). Resultados evidenciam que tanto o programa mexicano, quanto o programa filipense têm levado a um aumento no número de eleitores e na ação dos votos dos titulares do poder. Apesar disso, o programa não foi capaz de conquistar o eleitorado dos apoiadores da oposição (DE LA O, 2013).

Por outro lado, Cook *et al.* (2001) avaliou o impulso que o governo do Reino Unido gera a favor da inclusão social, introduzindo diversas políticas de trabalho e segurança social. As políticas assistencialistas nos países com alta desigualdade de renda, geram efeitos bem maiores (SHIKIDA *et al.*, 2009), resultando em alteração no mercado de trabalho, reduzindo a desigualdade e melhorando a qualidade de vida dos mais pobres.

Nos países com alta desigualdade de renda, como por exemplo, no Brasil, Zucco (2013) afirma que os programas voltados à transferência de renda melhoram o desempenho eleitoral, pelo fato de minimizar os problemas sociais. Por sua vez, Labonne (2013) avaliou que onde o programa é implantado na sua totalidade, o percentual de voto é 26% maior que o implantado parcialmente.

Segundo Cavalcanti (2011) os programas de transferência condicionada de renda na América Latina e em outros países do mundo, voltados para famílias pobres, é uma atividade complexa e muito cara. Veiga (2013) ao analisar vários países da América Latina, sobre o impacto dos benefícios sociais e do crescimento econômico na decisão dos resultados eleitorais, concluiu que os benefícios sociais têm impacto significativo na decisão do voto; enquanto que os fatores macroeconômicos não demonstraram impacto significativo no resultado eleitoral.

Corrêa (2016) contraria essa ideia, de que investir em transferência de renda não gera chances de (re) eleição, simplesmente pelo fato de seus votos terem migrado para regiões menos desenvolvidas.

Todavia, a fiança negativa sobre os escândalos de corrupção nos governos petistas não foi suficiente para tirar o fôlego dos eleitores na decisão do voto, principalmente dos eleitores mais pobres (BIROLI; MANTOVANI, 2010). Entretanto, o fato dos eleitores não darem importância à corrupção, estaria relacionado a benefícios alcançados por meio de programas assistencialistas de caráter partidário do governo petista, dessa forma, alcançando a dominação dos eleitores com vistas à desinformação (LIMA, 2007).

Ainda assim, conjuntamente, os estudos anteriores sugerem que há possibilidade da influência de políticas sociais no processo eleitoral dos países latino americanos, principalmente pelo fato de serem países subdesenvolvidos, com alta desigualdade social e de renda. Demonstraremos no quadro 1, os países latino americanos que possuem políticas assistencialistas de transferência de renda, bem como seus efeitos políticos. A próxima seção observará se esses resultados influenciaram no Brasil.

PAÍS	PROGRAMA	*EFEITO POLÍTICO	REFERÊNCIA
Argentina	<i>Asignación Universal por Hijo</i>	Intenção do voto; Aceitabilidade do governo e Qualidade do Governo	Marques (2013)
Brasil	Bolsa Família	Intenção do voto; Aceitabilidade do governo e Imagem do Candidato	Layton e Smith (2011)
Colômbia	<i>Familias em Acción</i>	Intenção do voto; Aceitabilidade do governo e Imagem do Candidato	Corrêa (2016)
Equador	<i>Bono de Desarrollo Humano</i>	Desempenho do governo	Corrêa (2016)
México	<i>Oportunidades</i>	Intenção do voto; Aceitabilidade do governo e Qualidade do governo	Layton e Smith (2011)
Uruguai	<i>Asignaciones Familiares</i>	Intenção do voto; Aceitabilidade do governo	Layton e Smith (2011)

Quadro 1: Políticas Assistencialistas na América Latina

Fonte: Elaborado pelo autor

*Efeito político positivo

2.2.1 Política assistencialista no Brasil e o processo eleitoral

Na construção da cidadania social, amparada pelos marcos da proteção social, e considerando-se a estabilização da assistência, enquanto política pública, no que tange aos países latino-americanos, o Brasil foi classificado como um país próspero na sua efetivação, quando do enfrentamento da pobreza social (FAGNANI, 2011). Destaca-se que, a harmonização das políticas públicas sociais, como renda mínima, bolsas e outros devem estar empregados no processo de formação técnica, administrativa e política (EID, 2003).

Outro conceito da assistência social está vinculado à Política de Estado, que interage com o aglomerado dessas Políticas Sociais, e os atributos do Estado Social (YAZBEK, 2008). Nesta concepção, a Política Social Estatal surge a partir do convívio social, que tipificou a sociedade brasileira nas últimas décadas (YAZBEK, 2008). No que tange ao resultado eleitoral, as políticas de transferência de renda ganham centralidade em todo o mundo, principalmente na América Latina, e especificamente o Programa Bolsa Família, no Brasil, onde as medidas adotadas pelos governos devem atingir os mais pobres (CARDOSO, 2004).

O governo petista ganhou as eleições de 2002, obtendo votos em todas as regiões (CORRÊA, 2016). Diversos estudos mostram os efeitos do Programa Bolsa Família na reeleição de Lula em 2006, em comparação às eleições de 2002 (CÂNEDO-PINHEIRO, 2015; SOUZA; CRIBARI-NETO, 2013; LÍCIO; RENNÓ; CASTRO, 2009; MARQUES *et al.*, 2009) realizadas em diversos aspectos, tais como: modelos de regressão (SOUZA; CRIBARI-NETO, 2013; ALMEIDA; SOUZA, 2015), amostras da população (CASTRO *et al.*, 2009) e literatura (AMARAL; RIBEIRO, 2015; LÍCIO, RENNÓ; CASTRO, 2009). Zucco (2008) demonstrou que

houve uma mudança da base eleitoral de Lula após a implantação deste programa, com a migração dos votos para regiões menos desenvolvidas.

Corrêa (2016) discutiu os efeitos políticos do programa em diversas eleições presidenciais, e concluiu que investir em programas sociais voltados a famílias pobres não aumenta os votos. Contrariando-o, Zucco (2013) contribuiu para a literatura como o primeiro estudo a cobrir três eleições consecutivas para presidente, estimando seus efeitos de transferências condicionais de renda, na melhoria do desempenho nas eleições.

Além disso, o Programa Bolsa Família desempenhou uma função atípica, que estava associada a uma campanha de estratégia eleitoreira, vinculada a propagandas de ameaça de extinção do programa social, em caso do candidato oponente vencer as eleições (BIROLI; MANTOVANI, 2010). Portanto, o programa acabou produzindo vantagens pessoais, ocasionando um terrorismo eleitoral.

Nesse sentido, Marques *et al.* (2009) concluiu que o resultado obtido surpreendeu, confirmando a hipótese que originou esse estudo, ou seja, de haver relação direta entre Programa Bolsa Família e o resultado da reeleição de Lula em 2006. Já Amaral e Ribeiro (2015) afirmam que o Programa Bolsa Família teve efeitos significativos apenas no segundo turno da reeleição de Dilma em 2014, ambos pelo mesmo partido.

Contudo, nenhum desses estudos levou em consideração analisar as duas reeleições consecutivas presidenciais do governo de um mesmo partido, com campanhas voltadas para programas sociais de transferência de renda. Nesse caso, analisaremos as três últimas eleições presidenciais, utilizando os dados secundários obtidos no resultado eleitoral (TSE) e o crescimento dos beneficiários, assim como seus valores recebidos (BRASIL, 2014).

Com base nos trabalhos de Marques *et al.* (2009), Almeida e Souza (2015), Amaral e Ribeiro (2015) e Canêdo-Pinheiro (2015) será testada a seguinte hipótese:

H1. Programa Bolsa Família tem efeito direto no percentual de votos;

Testaremos outra hipótese, com base nos trabalhos de Shikida *et al.* (2009), Labonne (2013), Zucco (2013) e Veiga (2013), em que pese os efeitos das políticas de transferência de renda em regiões com alta desigualdade de renda, onde tais resultados espera-se acontecer:

H2. O efeito do Programa Bolsa Família no percentual de votos é maior em regiões com alta desigualdade de renda.

Capítulo 3

3 METODOLOGIA

Nesta pesquisa busca-se analisar se o Programa Bolsa Família tem influenciado diretamente no percentual de votos do governo brasileiro e se o efeito desse programa no percentual de votos é maior em regiões com alta desigualdade de renda, considerando o mesmo partido que ingressou no poder em 2002 até a última eleição em 2014.

3.1 FONTE DE COLETA DE DADOS

A população desse estudo compreende todos os municípios do Brasil, onde foram apurados os votos válidos do candidato do partido dos trabalhadores (PT), segundo o Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Os dados utilizados são secundários e coletados junto à base de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), bem como uma pesquisa no site do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), para informações sobre bolsa família e no site do Departamento de Informática do SUS (DATASUS), para informações referentes à taxa de analfabetismo e desemprego por município.

O período utilizado para análise e, por consequência, para constituição da amostra foram os anos de 2006, 2010 e 2014, por serem anos de eleições presidenciais e terem sido incorporados ao Programa Bolsa Família. Os dados foram coletados por município. A partir do momento em que identificamos todos os municípios do Brasil foram feitas as pesquisas de população total, famílias beneficiadas, valores recebidos dos beneficiados do programa, percentual de votos

do PT, PIB *per capita*, índice de Gini, taxa de analfabetismo, taxa de desemprego e se o governador eleito pertencia ao partido dos trabalhadores/coligação, referente aos anos de 2006, 2010 e 2014.

A população total por município foi retirada da base de dados do IBGE mais recente. Com a base de dados do Programa Bolsa Família no que tange ao quantitativo de famílias beneficiadas por município, nos anos 2006, 2010 e 2014 identificamos a variável grau de cobertura, ao dividirmos pela população total. No que tange ao valor repassado pelo governo a essas famílias por município, nos anos 2006, 2010 e 2014, identificamos a variável investimento *per capita* por habitante, ao dividirmos pela população total.

Com relação ao PIB *per capita*, excepcionalmente, utilizaremos os dados do ano de 2013 por ainda não estarem disponíveis os dados do ano de 2014. As variáveis taxa de analfabetismo e taxa de desemprego foram coletadas por município, obtidas no site do DATASUS. Os dados colhidos do índice de Gini são calculados a cada decênio, ou seja, para o ano de 2006, utilizaremos os índices calculados do ano de 2000; para os anos de 2010 e 2014, utilizaremos os índices do ano 2010.

Utilizamos a variável referente ao cargo de governador, pelo fato dos anos eleitorais estudados serem partícipes; além do cargo de Presidente da República, o cargo de Governador de Estado.

Para capturar evidências dos efeitos do PBF quanto à sua influência nos resultados eleitorais do governo brasileiro e sobre as regiões com alta desigualdade de renda, foi calculada uma variável dependente, uma variável independente, seis variáveis de controle e uma variável binária, conforme quadro 2.

Variáveis	Sigla	Tipo	Fonte	Definição
Votos Candidato PT	<i>Vot_PT</i>	Variável Dependente	TSE	Percentual (%) de eleitor que votou no candidato do PT/Município
Valor do Investimento do benefício por Habitante	<i>Inv_Hab</i>	Variável Independente	MDS	Valor (R\$) dos benefícios divididos pela população total/Município
População Total	<i>Pop_Tot</i>	Variável de Controle	IBGE	População Total de habitantes por município/ano.
Cobertura do benefício por habitante	<i>Grau_Cobert</i>	Variável de Controle	MDS	Percentual (%) de famílias beneficiadas dividido pela população/Município
Pib <i>per Capita</i>	<i>Pib_Cap</i>	Variável de Controle	IBGE	Valor (R\$) do produto interno bruto dividido pela população/Município
Gini	<i>GINI</i>	Variável de Controle		Índice calculado a cada decênio (2000 e 2010) /Município
Taxa de Analfabetismo	<i>ANALF</i>	Variável de Controle	DATASUS	Taxa de analfabetismo de população acima de 15 anos/Município
Taxa de Desemprego	<i>DESEMP</i>	Variável de Controle	DATASUS	Taxa de Desemprego Médio Anual/Município
Governador PT	<i>Gov_PT</i>	Variável Dummy	TSE	Governador do (PT)/Coligação ou Governador de outro partido/Município

Quadro 2: Identificação das Variáveis da pesquisa
Fonte: Elaborado pelo autor

Para identificar se o Programa Bolsa Família tem efeito direto no percentual de votos, foi introduzida dentro da hipótese (H1), o valor do investimento no tamanho da população, conforme modelo 1.

Modelo 1:

$$Vot_PT = \beta_0 + \beta_1 Inv_Hab + \beta_2 Grau_Cobert + \beta_3 Pib_Cap + \beta_4 GINI + \beta_5 ANALF + \beta_6 DESEMP + \beta_7 Gov_PT + \varepsilon \quad (1)$$

Para identificar se o efeito do Programa Bolsa Família no percentual de votos é maior em regiões com alta desigualdade de renda, foi introduzida dentro da hipótese (H2) o valor do investimento no tamanho da população relacionado com a variável GINI, conforme modelo 2.

Modelo 2:

$$Vot_{PT} = \beta_0 + \beta_1 Inv_{Hab} + \beta_2 Inv_{Hab} * GINI + \beta_3 Grau_{Cobert} + \beta_4 Pib_{Cap} + \beta_5 ANALF + \beta_6 DESEMP + \beta_7 Gov_{PT} + \varepsilon \quad (2)$$

A tabela 1 mostra as variáveis e a totalização média em cada ano de eleição presidencial.

TABELA 1: TOTALIZAÇÃO DAS VARIÁVEIS DA PESQUISA

Variáveis	Sigla da variável	2006	2010	2014
População Total ⁽¹⁾	<i>Pop_Tot</i>	186.770.562	190.755.799	202.799.518
Cobertura do Benefício por habitante ⁽²⁾	<i>Grau_Cobert</i>	8,84%	9,46%	9,83%
Valor do Investimento do benefício por Habitante ⁽²⁾	<i>Inv_Hab</i>	R\$ 61,76	R\$ 108,68	R\$ 201,30
Votos Candidato PT ⁽²⁾	<i>Vot_PT</i>	61,90%	59,49%	57,75%
Pib per Capita ⁽²⁾	<i>Pib_Cap</i>	R\$ 8.236,96	R\$ 12.785,12	R\$ 17.372,13
Gini ⁽²⁾	<i>GINI</i>	0,55	0,50	0,50
Taxa de Analfabetismo ⁽²⁾	<i>ANALF</i>	20,78%	15,81%	15,81%
Taxa de Desemprego ⁽²⁾	<i>DESEMP</i>	10,35%	6,34%	6,34%
Governador PT ⁽²⁾	<i>Gov_PT</i>	0.20	0.52	0.37

Fonte: Elaborado pelo autor

⁽¹⁾ Valor Total no ano.

⁽²⁾ Valor Médio por ano.

Capítulo 4

4 ANALISE DOS DADOS

4.1 ANÁLISES DOS DADOS MEDIANTE ESTATÍSTICA DESCRITIVA

Conforme pode ser observada, a tabela 2 representa, em painel, os dados estatísticos das variáveis descritivas, referentes aos anos eleitorais de 2006, 2010 e 2014. A variável dependente *Vot_PT*, que calcula o percentual de votos recebidos pelo candidato do PT, por município, no ano eleitoral, obteve uma média decrescente de 61,90%, 59,49% e 57,73% nos anos 2006, 2010 e 2014, respectivamente, ocorrendo uma disparidade nessa variável, no que se refere aos valores mínimo e máximo, variando de 11,86%¹ a 97,20%² dos votos recebidos pelo candidato do PT, em cada município do país.

Tais resultados indicam que embora o candidato do PT tenha ganhado as eleições, de modo geral houve municípios que quase a totalidade dos eleitores foi favorável a essa candidatura, enquanto que em outros municípios registraram poucos votos do candidato governista.

A variável *Grau_Cobert*, que calcula o percentual de famílias beneficiadas por habitante no município, e a variável *Inv_Hab*, que calcula o valor do investimento do benefício por habitante, alcançaram médias crescentes, contrariamente à variável *Vot_PT*. Tais resultados, conforme Tabela 2, reforçam os estudos de Marques *et al.* (2009), Cãnedo-Pinheiro (2015), Zucco (2008), Hunter e Power (2007) e indicam que

¹ Valor Mínimo obtido no ano 2014.

² Valor Máximo obtido no ano 2006.

o Programa Bolsa Família venha sendo ampliado de modo que alcançou 14,2 milhões de famílias, totalizando R\$ 2,4 bilhões em 2014 (BRASIL, 2014).

No que concerne às variáveis que calculam a desigualdade de renda, como por exemplo, o índice *GINI*, os dados indicam que houve um encolhimento de 0.550 para 0.500, comparando os decênios de 2000 e 2010, respectivamente, ou seja, esse índice indica que quanto mais próximo de 0 (zero), menor é a desigualdade de renda. Nesse caso, apesar da redução ter sido acelerada, o país possui um dos níveis mais baixo de desigualdade de renda, em comparação a outros países do mundo, tais como, Namíbia, Haiti, República Centro África, conforme Sodré (2014).

A média da variação do PIB *per capita*, nos anos de 2006, 2010 e 2014³ foi de R\$ 8.236,96, R\$ 12.785,12 e R\$ 17.374,48 respectivamente, e a variação média do valor do investimento por habitante foi de R\$ 61,76, R\$ 108,68 e R\$ 201,16, o que representa cerca de 0,75%, 0,85% e 1,16% do PIB *per capita*, respectivamente. Os dados indicam que o aumento do benefício no Programa Bolsa Família, nesses períodos em particular, pode esta associada a uma maior variação de riqueza do PIB *per capita*, o que veio aquecendo a economia brasileira, uma vez que o governo vinha investindo em programas sociais, conforme evidenciado por Souza e Cribari-Neto (2013).

As variáveis que calculam a taxa de analfabetismo e a taxa de desemprego nos municípios brasileiros, representavam, em média, cerca de 20,78% e 10,35%, respectivamente no decênio 2000, enquanto que no decênio de 2010, os índices caíram para 15,81% e 6,34%, apresentando uma queda de 23,92% no analfabetismo e 38,74% no desemprego. Observa-se uma dissemelhança nas taxas

³ Com relação ao PIB do ano de 2014, excepcionalmente, utilizaremos os dados do ano de 2013 por ainda não estar disponível os dados do ano de 2014. Disponível no site: http://downloads.ibge.gov.br/downloads_estatisticas.htm Acesso em 10/03/2015.

de analfabetismo e desemprego, no que tange aos valores mínimo e máximo, em que os municípios mais desenvolvidos podem alcançar taxas inferiores a 1%, enquanto que municípios menos desenvolvidos podem chegar a mais de 60%, corroborando com os estudos de Câneo-Pinheiro (2015).

A variável *dummy Gov_PT* indica se o governador eleito pertencia ao partido dos trabalhadores/coligação, referente aos anos de 2006, 2010 e 2014. Em caso positivo, atribui-se 1 (um); em caso negativo, atribui-se 0 (zero). Os dados indicam que em média 20%, 52% e 37% nos anos 2006, 2010 e 2014, respectivamente, os municípios obtiveram governadores eleitos pertencentes ao PT/coligação. Esses resultados indicam que entre 20% e 52% dos municípios tinham governadores eleitos pertencentes ao partido dos trabalhadores.

TABELA 2: ESTATÍSTICA DESCRITIVA

PAINEL A: 2006								
Variáveis	Obs.	Média	Desvio Padrão	Min	0.25	Mdn	0.75	Max
<i>Vot_PT</i>	5565	61.90	16.97	14.93	48.61	61.68	75.99	97.20
<i>Grau_Cobert</i>	5564	8.84	4.77	0.11	5.05	8.19	12.50	63.39
<i>Inv_Hab</i>	5564	61.76	38.81	0.17	29.36	52.68	92.52	372.63
<i>Pib_Cap</i>	5564	8236.96	9758.80	160.60	3372.00	6297.70	9806.43	216843.62
<i>GINI</i>	5507	0.55	0.07	0.30	0.51	0.55	0.60	0.88
<i>ANALF</i>	5507	20.78	12.19	0.80	10.80	17.30	30.70	62.60
<i>DESEMP</i>	5498	10.35	5.92	0.15	5.88	9.69	13.75	58.04
<i>Gov_PT</i>	5570	0.20	0.40	0.00	0.00	0.00	0.00	1.00
PAINEL B: 2010								
<i>Vot_PT</i>	5565	59.49	15.39	19.67	47.57	58.18	71.42	96.51
<i>Grau_Cobert</i>	5565	9.46	4.95	0.04	5.18	9.10	13.76	23.83
<i>Inv_Hab</i>	5565	108.68	64.38	0.25	49.70	101.14	166.97	293.45
<i>Pib_Cap</i>	5565	12785.12	14142.14	2269.82	5193.04	9817.90	15458.95	296884.69
<i>GINI</i>	5565	0.50	0.07	0.28	0.46	0.50	0.55	0.81
<i>ANALF</i>	5565	15.81	9.75	0.90	7.70	12.90	23.80	47.10
<i>DESEMP</i>	5549	6.34	3.67	0.06	3.82	5.82	8.16	39.15
<i>Gov_PT</i>	5565	0.52	0.50	0.00	0.00	1.00	1.00	1.00
PAINEL C: 2014								
<i>Vot_PT</i>	5570	57.73	18.07	11.86	43.73	56.87	73.15	93.93
<i>Grau_Cobert</i>	5570	9.82	5.90	0.11	4.49	8.92	15.26	25.91
<i>Inv_Hab</i>	5570	201.16	142.38	1.58	79.11	161.55	311.73	832.97
<i>Pib_Cap</i>	5570	17374.48	20133.34	3241.29	7076.61	12621.81	21262.65	715193.70
<i>GINI</i>	5565	0.50	0.07	0.28	0.46	0.50	0.55	0.81
<i>ANALF</i>	5565	15.81	9.75	0.90	7.70	12.90	23.80	47.10
<i>DESEMP</i>	5549	6.34	3.67	0.06	3.82	5.82	8.16	39.15
<i>Gov_PT</i>	5570	0.37	0.48	0.00	0.00	0.00	1.00	1.00

Fonte: Elaborado pelo autor

4.2 CORRELAÇÃO

Ao analisar a tabela 3, que gerou dados estatísticos de correlação entre as variáveis constantes na pesquisa, os resultados indicam, em média, que as variáveis votos do PT, grau de cobertura e investimento por habitante, encontram-se positivamente correlacionadas às variáveis índices de GINI, taxa de analfabetismo, taxa de desemprego e Governador do PT.

Os dados indicam conjuntamente, que os municípios que obtiveram maior votação do PT, maior grau de cobertura e maior investimento por habitante, em média, estão associados conjuntamente a uma maior desigualdade de renda, maior taxa de analfabetismo e maior taxa de desemprego. Os dados indicam, ainda, que o fato do governador ser do PT/coligação, aumenta as chances de voto do candidato, no referido município, corroborando assim, com os estudos de Cãnedo-Pinheiro (2015), Marques *et al.* (2009) e Terron e Soares (2010).

As variáveis votos do PT, grau de cobertura e investimento por habitante, encontram-se negativamente correlacionadas com o PIB *per capita*, com significância de 1%. Os dados indicam que municípios que apresentam maior votação no candidato do PT, maior grau de cobertura no programa e maior investimento no programa, em média, estão associados a municípios que possuem menor PIB *per capita*.

No que tange ao investimento por habitante, e especificamente a taxa de desemprego, os dados mostram uma correlação positiva, enquanto que sua significância foi de 10%. Isso demonstra que ao investir em benefício de transferência de renda, os efeitos são pequenos e pouco significativos, podendo

levar a uma redução da oferta de trabalho, segundo os estudos de Soares e Sátyro (2009).

TABELA 3: CORRELAÇÃO

Variáveis	Vot_PT	Grau_Cobert	Inv_Hab	Pib_Cap	GINI	ANALF	DESEMP	Gov_PT
Vot_PT	1,0000							
Grau_Cobert	0.7276***	1,0000						
Inv_Hab	0.5256***	0.7899***	1,0000					
Pib_Cap	-0.3387***	-0.3871***	-0.2053***	1,0000				
GINI	0.3243***	0.3470***	0.1794***	-0.1934***	1,0000			
ANALF	0.6808***	0.7997***	0.5067***	-0.4085***	0.3727***	1,0000		
DESEMP	0.2691***	0.1758***	0.0148*	-0,1223***	0.3434***	0.2207***	1,0000	
Gov_PT	0.3827***	0.4016***	0.3604***	-0.1222***	0.0861***	0.2844***	0.0003***	1,0000

Fonte: Dados da pesquisa

***p<0,01 (1%), **p<0,05 (5%) e *p<0,10(10%).

4.3 REGRESSÃO DOS MODELOS 1 E 2

No intuito de explicar se o Programa Bolsa Família tem efeito direto no percentual de votos (Modelo 1), realizou-se uma regressão linear múltipla entre as variáveis investimento por habitante, grau de cobertura, PIB *per capita*, índice de gini, taxa de analfabetismo, taxa de desemprego, e se o Governador é do PT/Coligação, ou não, com relação à variável votos do PT. A tabela 4 apresenta os resultados do modelo 1.

TABELA 4: REGRESSÃO DO MODELO 1

Variáveis	Modelo 1			
	Vot_PT			
	Coef.	Erro padrão	t	P-valor
Inv_Hab	0,0040303	0,0009353	4,31	0.000***
GINI Inv_Hab	-	-	-	-
Grau_Cobert	0,4276133	0,039672	10,78	0.000***
Pib_Cap	-0,0000717	0,00000602	-11,9	0.000***
GINI	2,655988	1,444897	1,84	0.066*
ANALF	0,4497519	0,226765	19,83	0.000***
DESEMP	0,2999099	0,0186647	16,07	0.000***
Gov_PT	1,849989	0,1387711	13,33	0.000***
Cons	43,95015	0,7981499	55,07	0.000***
Nº Obs	16594			
R²	13,99			

Fonte: Dados da pesquisa

***p<0,01 (1%), **p<0,05 (5%) e *p<0,10(10%).

Os resultados apurados mostram o R^2 ajustado com valor de 0,1399 para o modelo 1, o que significa que 13,99% da variação dos votos do PT podem ser explicadas pelas variáveis do modelo.

Em particular, quando analisado o Modelo 1, percebe-se que assim como o investimento por habitante, o grau de cobertura teve uma influência positiva no percentual de votos, com coeficientes significativos a 1%, o que leva a sugerir que investir no PBF, tanto no valor do benefício, quanto no número de beneficiários, pode vir a aumentar as chances de votos do candidato do PT. Marques *et al.* (2009) afirma que o valor dos investimentos aumenta em anos eleitorais, elevando a probabilidade de re(eleição), o que corrobora com tais resultados.

Os resultados ainda mostram que o PIB *per capita* teve relação inversa com o número de votos do PT, ou seja, os municípios que apresentam maior PIB *per capita*, podem estar associados a um menor percentual de votos do candidato do PT. Os dados mostram que municípios menores (mais pobres) demonstram uma inclinação para o candidato do PT, pelo fato de haver uma relação entre a pobreza e o PBF. Nesse sentido, Marques *et al.* (2009) analisou algumas características de município pobre, tais como, o tamanho populacional, a localização rural ou urbana, se capital ou interior, e concluiu que em nenhuma das características, há relação entre o PBF e o percentual de votos.

No que tange às variáveis GINI, analfabetismo e desemprego, conjuntamente, os resultados indicam haver uma relação direta com o número de votos do PT, o que significa que, os municípios com maior desigualdade de renda, maior analfabetismo e maior desemprego, espera-se alcançar, um maior número de beneficiários naquele município e ainda, sobrepõe uma realidade com mais problemas sociais, o que, por sua vez, aumenta o percentual de votos do PT, ajustando-se com as pesquisas de

Marques *et al.* (2009), Almeida e Souza (2015), Amaral e Ribeiro (2015) e Canêdo-Pinheiro (2015).

Nota-se que a variável política governador do PT está associada diretamente com significância de 1% nos votos desse partido. Isso reflete no desempenho eleitoral do candidato presidencial do PT e da sua base eleitoral nos governos locais, segundo Canêdo-Pinheiro (2015). Porém, o candidato petista também obteve votos em regiões mais ricas e menos desiguais, ou seja, a presença do mandatário político no executivo estadual, não é exclusivamente a causa de perda de votos do PT, conforme demonstra Terron e Soares (2010).

Os resultados do Modelo 1 apontam para uma possível atuação condescendente dos governantes, ao utilizar políticas de transferência de renda com objetivo diverso de sua finalidade. Esses fatores levam a uma aliança com a população de baixa renda, proporcionando uma popularidade maior de eleitores, criando assim, um favoritismo político, segundo Marques *et al.* (2009).

Para Sousa (2011) um dos fatores que motivaram a queda da desigualdade de renda está associado ao aumento do investimento dos programas sociais, com destaque para o Programa Bolsa Família, que visava aos mais pobres. Os municípios mais propensos a votarem no candidato do PT são aqueles menos desenvolvidos. Porém, nos municípios mais desenvolvidos, o que explicaria a queda na sua votação, poderiam ser os escândalos de corrupção e sua percepção pelos eleitores mais cultos, conforme Hunter e Power (2007).

Nessa perspectiva, utilizou-se a desigualdade de renda para responder o modelo 2, constante na Tabela 5, em que se pretende verificar, se o efeito do Programa Bolsa Família no percentual de votos é maior em regiões com alta

desigualdade de renda. Observou-se um resultado significativo, em que pese a variável investimento por habitante, relacionada com o índice de GINI.

TABELA 5: REGRESSÃO DO MODELO 2

Variáveis	Modelo 2			
	Vot_PT			
	Coef.	Erro padrão	t	P-valor
Inv_Hab	-0,0239413	0,0045793	-5,23	0.000***
GINI Inv_Hab	0,051996	0,008366	6,22	0.000***
Grau_Cobert	0,4037232	0,0396543	10,18	0.000***
Pib_Cap	-0,0000715	0,00000598	-11,95	0.000***
GINI	-	-	-	-
ANALF	0,4417254	0,0221466	19,95	0.000***
DESEMP	0,2940859	0,0179584	16,38	0.000***
Gov_PT	1,865781	0,1383931	13,48	0.000***
Cons	45,77584	0,5571881	82,16	0.000***
Nº Obs	16594			
R²	14,27			

Fonte: Dados da pesquisa

***p<0,01 (1%), **p<0,05 (5%) e *p<0,10(10%).

O objetivo do Programa Bolsa Família é diminuir a pobreza e a desigualdade de renda, através da transferência de dinheiro para as famílias mais necessitadas (CAVALCANTI; COSTA; SILVA, 2013). Com base nesses argumentos, as discussões sugerem que o resultado eleitoral está baseado nas características econômicas, políticas e sociais, segundo Baquero Jacome (2007). O investimento no Programa Bolsa Família foi capaz de incidir sobre a imagem do candidato, sobre sua aceitabilidade e sobre a qualidade do governo, com base no comportamento passado, segundo Layton e Smith (2011).

Os programas voltados à transferência de renda melhoram o desempenho eleitoral, pelo fato de minimizar os problemas sociais em países com alta desigualdade de renda, afirma Zucco (2013). Os fatores macroeconômicos não demonstraram impacto significativo no resultado eleitoral, segundo Canêdo-Pinheiro (2015).

Tais efeitos confirmam a relação direta entre ambientes com alta desigualdade de renda, aumento do investimento e, maior percentual de votos recebidos para o candidato do PT, conforme já referendado nos trabalhos de Shikida *et al.* (2009), Labonne (2013), Zucco (2013), Veiga (2013), Marques *et al.* (2009), Almeida e Souza (2015), Amaral e Ribeiro (2015) e Canêdo-Pinheiro (2015).

4.4 DISCUSSÕES DOS RESULTADOS

As discussões acerca do tema proposto pretendem analisar, se o Programa Bolsa Família tem efeito positivo no percentual de votos, e se esse efeito é maior em regiões com alta desigualdade de renda. Para tanto, utilizou-se como amostra, todos os municípios do país nas últimas 3 (três) eleições presidenciais em que o Programa Bolsa Família já estava inserido.

Primeiramente, verifica-se a existência de uma relação direta entre os votos recebidos do partido da situação e o grau de cobertura do Programa Bolsa Família nos anos eleitorais presidenciais de 2006, 2010 e 2014.

Os 16696 municípios exibidos na Tabela 6, equivalem à maioria absoluta dos municípios nos 3 anos pesquisados e correspondem a cerca de 99,99% do total. Contudo, observa-se que o grau de cobertura na maioria dos municípios atinge o percentual de 5% a 10%, 10% a 15% e 15% a 20% da população de cada município, beneficiando dessa forma, cerca de 72,95% da população.

TABELA 6: GRAU DE COBERTURA

Grau de Cobertura	Municípios	Frequência
0 a 5	4298	25.74%
5 a 10	5200	31.15%
10 a 15	4127	24.72%
15 a 20	2852	17.08%
20 a 25	211	1.26%
25 a 30	8	0.05%
TOTAL	16696	

No que tange à Tabela 7: votos recebidos do partido da situação, o total de 16678 municípios pesquisados, correspondem a 99,98% dos municípios nos 3 anos eleitorais. Destaca-se que os municípios que alcançaram votos mínimos, como 15% a 30% foram apenas 520, ou seja, 3,12% do total dos municípios. Enquanto que a maioria dos municípios foram capazes de eleger o candidato da situação.

TABELA 7: VOTOS DO PARTIDO DA SITUAÇÃO

Votos do Partido da Situação	Municípios	Frequência
15 a 30	520	3.12%
30 a 45	3108	18.64%
45 a 60	5052	30.29%
60 a 75	4181	25.07%
75 a 95	3817	22.89%
TOTAL	16678	

É importante ressaltar que o Brasil está situado na 13^a posição entre os países mais desiguais do mundo, segundo o Banco Mundial; entretanto, figura como a maior economia da América Latina. Essa discussão se insere quando temos um PIB *per capita* que varia entre R\$ 160,60⁴ e R\$ 715.193,70⁵ e um índice de Gini

⁴ Ano 2006.

⁵ Ano 2014.

variando entre 0.280⁶ e 0.880⁷, o que significa afirmar que países com alta desigualdade de renda, proporcionam um maior percentual de votos ao candidato governista, quando se investe no Programa Bolsa Família.

Com base nessa discussão, se pegarmos os dois municípios que obtiveram o menor e o maior percentual de votos do PT e compararmos à sua evolução nas últimas eleições, observar-se-à que o município com maior votação (Central do Maranhão – MA), teve também maior investimento do programa, maior grau de cobertura e ainda, aumentou a desigualdade de renda, enquanto que o município que obteve menor votação (Nova Pádua – RS) teve menor investimento no programa, menor grau de cobertura e menor desigualdade de renda.

Ressalte-se que, o município que obteve maior votação (Central do Maranhão – MA) tem um PIB *per capita* abaixo de R\$ 4.000,00. Enquanto que o município que obteve menor votação (Nova Pádua – RS), possui um PIB *per capita* acima de R\$ 24.000,00.

Os resultados ratificam a hipótese de atuação dos períodos políticos sobre a escolha presidencial, em que o incremento nos investimentos sociais dos municípios possibilita um aumento nas urnas pelo partido incumbente, e é maior em municípios que possuem desigualdade de renda elevada.

O Gráfico 1 mostra a associação da totalização dos votos do partido da situação e a totalização do grau de cobertura dos beneficiários do PBF, nos anos eleitorais presidenciais de 2006, 2010 e 2014. Dessa forma, a proximidade das observações é nítida no que tange aos municípios que obtiveram votos do candidato da situação entre 75% e 95%, o que permite evidenciar um maior grau de cobertura

⁶ Ano 2010.

⁷ Ano 2000.

na ordem de 15% a 20% e 25% a 30%. Para os municípios que obtiveram percentual de votos de 15% a 30% e 30% a 45%, destaca-se um menor grau de cobertura.

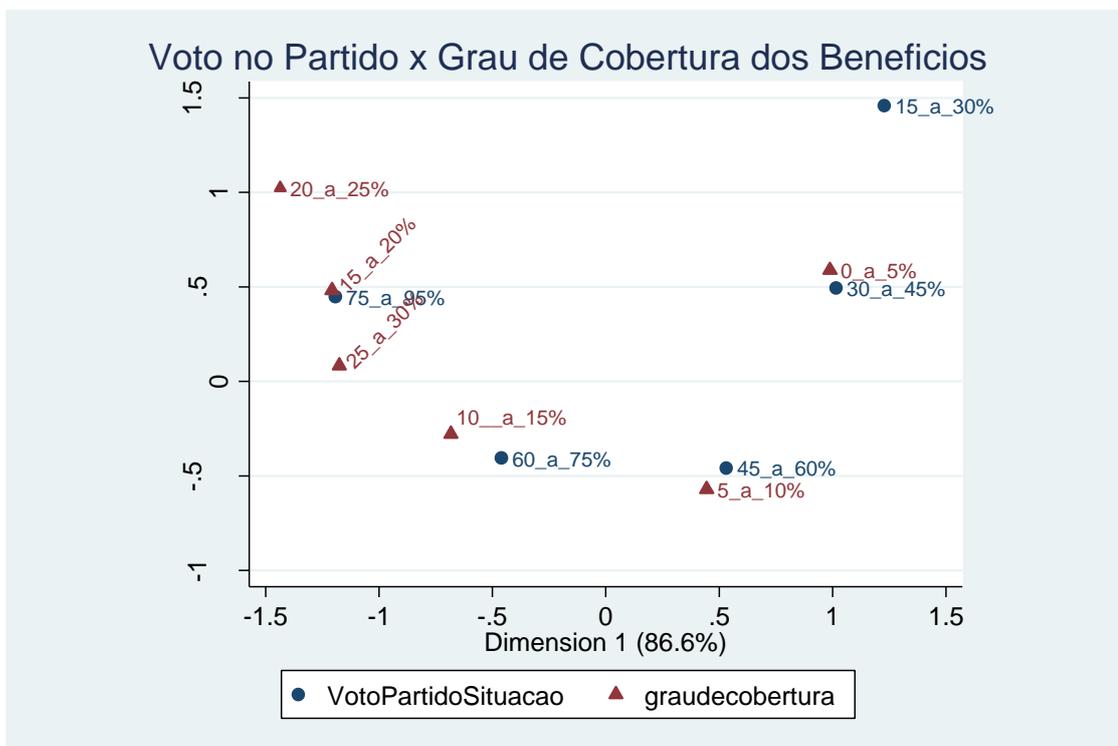


Gráfico 1: Análise de Correspondência

Os resultados evidenciados permitem afirmar, e com isto responder o problema de pesquisa proposto, qual seja: a relação do grau de cobertura do Programa Bolsa Família e os votos do partido da situação; sendo possível afirmar que o PBF é um instrumento capaz de potencializar o candidato a vencer as eleições, associado ainda, ao aumento do investimento, tanto no valor, quanto no número de beneficiários.

Capítulo 5

5 CONCLUSÕES

Este estudo teve como objetivo identificar, se o Programa Bolsa Família tem efeito positivo no percentual de votos (Modelo 1) e se esse efeito é maior em regiões com alta desigualdade de renda (Modelo 2). Entendeu-se que a população do país seria o público alvo desta pesquisa, identificando os votos do PT como variável dependente, em cada município nos anos eleitorais de 2006, 2010 e 2014 e estimando as variáveis independentes, tais como: o grau de cobertura do benefício e o investimento por habitante, além das variáveis de controle, especificamente: índice de Gini, taxa de analfabetismo e taxa de desemprego. Para analisar os efeitos do Modelo 1, utilizou-se variáveis capazes de controlar o impacto do Programa Bolsa Família no percentual de votos e constatou-se que todas as variáveis constantes na pesquisa têm efeito significativo no percentual de votos. Para estimar o efeito do Modelo 2, utilizou-se a variável que mede a desigualdade de renda relacionando-a com o investimento no benefício, e verificou-se que o aumento no índice de Gini, associado ao investimento no programa, resulta em um efeito positivo no percentual de votos.

Os resultados apresentam evidências de que as políticas de transferência de renda podem vir a ter algum efeito direto sobre o percentual de votos. Os municípios que obtiveram maiores investimentos *per capita* do Programa Bolsa Família, em média, foram os que apresentaram maior percentual de votos para o candidato do PT.

O trabalho contribui para a literatura, no sentido de expandir a discussão acerca dos efeitos que o Programa Bolsa Família vem causando nos aspectos

políticos, sociais e econômicos, nas últimas eleições presidenciais. O Programa Bolsa Família foi criado para minimizar os problemas sociais da pobreza, mediante transferências de renda e de condicionalidades impostas. Os resultados indicam que os eleitores ditos mais pobres ou que residem em regiões menos desenvolvidas e recebam benefício do bolsa família, tendem a votar no governo assentado (ZUCCO, 2008). Isso significa que municípios que obtiveram maiores investimentos em programas sociais, são aqueles em que há maior possibilidade de melhoria do desempenho eleitoral dos governantes; ao passo que; está associado a um aumento na desigualdade de renda, assim como, de analfabetismo e, ainda, do desemprego, sendo este o ponto negativo do programa.

Assim, espera-se que a relação entre o percentual de votos e o PBF em países com alta desigualdade de renda possa estabelecer limites por parte do governo, conduzindo à melhoria dos indicadores sociais e econômicos de um modo geral, sendo essa a maior contribuição que esta pesquisa possa prestar. Nesse sentido, devem-se agregar atributos que diminuam os índices, ampliando o acesso à renda, à educação de qualidade e à oferta de mercado de trabalho. Apesar dos dados apresentarem, em média, que as taxas de analfabetismo, de desemprego e de renda diminuíram, a utilização dessas variáveis, ao contrário, não refletem quando as correlacionamos com o percentual de votos, ao introduzirmos a variável dependente votos recebidos do PT.

Apresenta-se aqui como limitação deste trabalho, a dificuldade de obtenção de dados relativos à desigualdade de renda, analfabetismo e desemprego nos anos eleitorais, uma vez que, esses dados são encontrados a cada decênio.

Por fim, acredita-se que as políticas públicas de combate à pobreza devam ser mais eficazes e eficientes, capazes de contribuir não somente nos aspectos

sociais, mas também nos aspectos econômicos e políticos, tornando-se um país com menos pobreza, menos desigualdade, menos analfabetismo e menos desemprego, ou seja, um país ideal, em que se possa ter acesso a um maior número de informações sobre esses índices, com a criação de um banco de dados para utilização em trabalhos futuros.

REFERÊNCIAS

AMARANTE, V. et al. Do cash transfers improve birth outcomes? Evidence from matched vital statistics, social security and program data. **National Bureau of Economic Research**, 2011.

ANDERSON, P. Balanço do neoliberalismo. In: _____. **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. p. 9-23.

ALMEIDA, P. M.; SOUZA, T. C. Estimativas de votos de Dilma Rousseff nas eleições presidenciais de 2010 sob o âmbito do Bolsa Família. **Ciência & Natura**, v. 37, n. 1, p. 12-22, 2015.

AMARAL, O. E.; RIBEIRO, P. F. Por que Dilma de novo? Uma análise exploratória do Estudo Eleitoral Brasileiro de 2014. **Revista de Sociologia e Política**, v. 23, n. 56, p. 107-123, 2015.

AVI, B.-B.; MOMI, D. Constitutional commitment to social security and welfare policy. **Review of Law & Economics**, v. 12, n. 1, p. 165-201, 2016.

BAQUERO JACOME, C. M. Eleições e capital social: uma análise das eleições presidenciais no Brasil (2002-2006). **Opinião pública**, Campinas (SP), v. 13, n. 2, p. 231-259, nov. 2007.

BIROLI, F.; MANTOVANI, D. Disputas, ajustes e acomodações na produção da agenda eleitoral: a cobertura jornalística ao Programa Bolsa Família e as eleições de 2006. **Opinião Pública**, v. 16, n. 1, p. 90-116, 2010.

BOHN, S. The electoral behavior of the poor in Brazil: a research agenda. **Latin American Research Review**, v. 48, n. 2, p. 25-31, 2013.

BRASIL. Ministério da Saúde (MS). **Datasus**. 2016. Disponível em: <<http://www2.datasus.gov.br>>. Acesso em: 16 maio 2016.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). **Relatórios de informações sociais**. Brasília (DF), 2014. Disponível em: <[http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/Rlv3/geral/relatorio.php#Visão Geral Brasil](http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/Rlv3/geral/relatorio.php#Visão%20Geral%20Brasil)>. Acesso em: 14 maio 2016.

_____. **Programa Bolsa Família**. 2016. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia>>. Acesso em: 10 maio 2016.

CANÊDO-PINHEIRO, M. Bolsa Família ou desempenho da economia? Determinantes da reeleição de Lula em 2006. **Economia Aplicada**, v. 19, n. 1, p. 31-61, 2015.

CASTRO, H. C. O. et al. Percepções sobre o Programa Bolsa Família na sociedade brasileira. **Opinião pública**, v. 15, n. 2, p. 333-355, 2009.

CAVALCANTE, P. L. C. Programas de transferência condicionada de renda na América Latina: uma abordagem comparada entre Brasil, México, Chile e Colômbia. **Revista do Serviço Público**, v. 6, n. 2, 2011.

CAVALCANTI, D. M.; COSTA, E. M.; SILVA, J. L. M. Programa Bolsa Família e o Nordeste: impactos na renda e na educação, nos anos de 2004 e 2006. **Revista de Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 1, p. 99-128, 2013.

CORRÊA, D. S. Transferência de Renda e Eleições: A trajetória latino-americana. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 31, n. 90, 2016.

DE LA O, A. L. Do conditional cash transfers affect electoral behavior? Evidence from a randomized experiment in Mexico. **American Journal of Political Science**, v. 57, n. 1, p. 1-14, 2013.

DRAIBE, S. M. As políticas sociais e o neoliberalismo-reflexões suscitadas pelas experiências latino-americanas. **Revista USP**, n. 17, p. 86-101, 1993.

DUKELOW, F. Economic crisis and welfare retrenchment: comparing irish policy responses in the 1970s and 1980s with the present. **Social Policy & Administration**, v. 45, n. 4, p. 408-429, ago. 2011.

EID, F. Descentralização do Estado, economia solidária e políticas públicas: construção da cidadania ou reprodução histórica do assistencialismo. In: Congresso da Federação Internacional dos Estudos sobre América Latina e Caribe (FIEALC), 9., 2003, Osaka (JP). **Anais...** Osaka: FIEALC, 2003.

ESTRELLA, J.; RIBEIRO, L. M. Qualidade da gestão das condicionalidades do Programa Bolsa Família: uma discussão sobre o índice de gestão descentralizada. **Revista de Administração Pública**, v. 42, n. 3, p. 625-641, 2008.

HUNTER, W.; POWER, T. J. Rewarding Lula: executive power, social policy, and the Brazilian elections of 2006. **Latin Am. Polit. Soc.**, Coral Gables, v. 49, n. 1, p. 1-30, 2007.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 10 maio 2016.

LABONNE, J. The local electoral impacts of conditional cash transfers: evidence from a field experiment. **Journal of Development Economics**, v. 104, p. 73-88, 2013.

LAYTON, Matthew L.; SMITH, Amy Erica. Social Assistance Policies, Economic Crisis, and the Presidential Vote in Latin America. In: **Presented at the Annual Meeting of the American Political Science Association**. 2011.

LICIO, E. C.; RENNÓ, L. R.; CASTRO, H. C. O. Bolsa Família e voto na eleição presidencial de 2006: em busca do elo perdido. **Opinião Pública**, v. 15, n. 1, p. 31-54, 2009.

LIMA, V. A. Introdução geral. In: _____. **A mídia nas eleições de 2006**. São Paulo: Editora Perseu Abramo; p. 15-28, 2007.

MAIA, L. A.; BUGARELLI, R. O peso do Bolsa Família é maior em 2014. **O Estado de São Paulo (Online)**, Caderno de Política Estadão, 13 out. 2014.

MARQUES, ROSA. Políticas de transferência de renda no Brasil e na Argentina. **Brazilian Journal of Political Economy/Revista de Economia Política**, v. 33, n. 2, 2013.

MARQUES, R. M. et al. Discutindo o papel do Programa Bolsa Família na decisão das eleições presidenciais brasileiras de 2006. **Revista de economia política**, v. 29, n. 1, p. 114-132, 2009.

MOURA, P. G. M. Bolsa Família: projeto social ou marketing político? **Revista Katálysis**, v. 10, n. 1, p. 115-122, 2007.

PEREIRA, L. C. B. Gestão do setor público: estratégia e estrutura para um novo Estado. **Reforma do Estado e administração pública gerencial**, v. 1, p. 21-38, 1998.

PUSSETTI, C.; BRAZZABENI, M. Sofrimento social: idiomas da exclusão e políticas do assistencialismo. **Etnográfica. Revista do Centro em Rede de Investigação em Antropologia**, v. 15, n. 3, p. 467-478, 2011.

SCHADY, N.; ARAUJO, M. C. Cash transfers, conditions, and school enrollment in Ecuador. **The World Bank**, 2008.

SHIKIDA, C. D. et al. It is the economy, companheiro!: an empirical analysis of Lula's re-election based on municipal data. **Economics Bulletin**, v. 29, n. 2, p. 976-991, 2009.

SOARES, F. V.; RIBAS, R. P.; OSÓRIO, R. G. Evaluating the impact of Brazil's Bolsa Familia: cash transfer programs in comparative perspective. **Latin American Research Review**, v. 45, n. 2, p. 173-190, 2010.

SOARES, S.; SÁTYRO, N. O Programa Bolsa Família: desenho institucional, impactos e possibilidades futuras. **Texto para Discussão n. 1424**, 2009.

SODRÉ, F. R. A. **Os impactos da corrupção no desenvolvimento humano, desigualdade de renda e pobreza dos municípios brasileiros**. 2014. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Recife (PE), 2014.

SOUZA, T. C.; CRIBARI-NETO, F. Uma estimativa do impacto eleitoral do programa bolsa-família. **Rev. Bras. Biom**, v. 31, n. 1, p. 79-103, 2013.

TERRON, S. L.; SOARES, G. A. D. As bases eleitorais de Lula e do PT: do distanciamento ao divórcio. **Opinião Pública**, v. 16, n. 2, p. 310-337, 2010.

TESLER, M. The spillover of racialization into health care: How President Obama polarized public opinion by racial attitudes and race. **American Journal of Political Science**, v. 56, n. 3, p. 690-704, 2012.

TSE. Tribunal Superior Eleitoral. 2016. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br>>. Acesso em: 10 maio 2016.

VEIGA, L. Economic voting in an age of growth and poverty reduction: electoral response in Latin America (1995-2010). **CSD Working Paper**, 2013.

YAZBEK, M. C. Estado e políticas sociais. **Praia Vermelha**, v. 18, n. 1, 2008.

ZUCCO, C. The president's 'new' constituency: Lula and the pragmatic vote in Brazil's 2006 presidential elections. **Journal of Latin American Studies**, v. 40, n. 01, p. 29-49, 2008.